



pt



União Europeia
Política Regional

info regio

| N.º 19 | Abril de 2006 |

panorama



**Cidades: Fontes de crescimento,
de emprego e de coesão**

A acção urbana dos fundos estruturais

Sumário

Cidades: *Fontes de crescimento, de emprego e de coesão*

As cidades são importantes para a Europa

As cidades têm grande capacidade de promover o desenvolvimento comunitário, a inclusão social e a identidade cívica e cultural.

Testemunho: Parlamento Europeu

Que perspectivas para o desenvolvimento urbano

O novo período de programação dos fundos europeus (2007-2013) incluirá uma forte dimensão urbana.

FEDER e Fundo de Coesão em acção: Hungria, Países Baixos, Eslovénia e Portugal

Testemunho: Espanha

Reportagem: Bairros em desenvolvimento

Os programas URBAN dão uma nova atracção e dinamismo aos bairros abrangidos, bem como esperança e orgulho aos seus habitantes.
Leipzig e Dortmund são a prova.

URBAN II em acção: França, Reino Unido, Bélgica e Irlanda

Testemunho: Suécia

Testemunho: República Checa

URBAN II em acção: Áustria, Itália, Grécia e Finlândia

3



7



8



13

14



15



18

19



20

21



Fotos (páginas): Comissão Europeia (1-4-5-6-8-9-10), URBAN II Gijón (14), URBAN II Leipzig, Dortmund (15-16-17), MASPD (20)

Capa: Nova rede de transportes urbanos em Santa Cruz (ilhas Canárias, Espanha)

Também colaboraram na redacção deste número:
Pierre Ergo, Alexander Ferstl, Sylvie Harburger, Jean-Luc Janot e Daniel Mouque.

Esta revista é impressa em inglês e francês em papel reciclado.

O caderno temático está disponível em 19 línguas da União Europeia na página Internet:
http://europa.eu.int/comm/regional_policy/index_en.htm.

Os textos desta publicação não têm valor legal.

A política de coesão e as cidades na Europa

As cidades são importantes para a Europa

Por Michael Parkinson ⁽¹⁾

As cidades são cada vez mais vistas como impulsionadoras das economias nacionais e regionais e não como fardos económicos — são «a riqueza das nações». Mas as cidades também não são apenas valores económicos nem simples mercados. Têm uma enorme capacidade para promover o desenvolvimento comunitário, a coesão social e a identidade cívica e cultural.



A Zschochersche Straße em Leipzig, uma das artérias revitalizadas no quadro do URBAN.

Os dias de hoje são das cidades. Decorre um grande debate sobre a sua importância para o sucesso nacional e europeu. Na última década, muitas cidades passaram por um período de transição, tendo evoluído para novas funções económicas, sociais, políticas e culturais. Muitas possuem valores que as afirmaram positivamente num mundo cada vez mais globalizado. Algumas são centros estratégicos de tomada de decisões, de intercâmbio e de comunicação. Muitas concentram elevados recursos intelectuais em universidades e institutos de investigação, que favorecem elevados níveis de inovação. Muitas cidades atingiram níveis de renovação física importantes, especialmente nos seus centros, que passaram a oferecer impressionantes infra-estruturas comerciais e residenciais. Muitas possuem substanciais recursos culturais, que são cada vez mais fonte de crescimento económico e da criação de emprego. No entanto, apesar deste potencial de integração, ainda há nestas cidades muitas comunidades e pessoas excluídas da integração económica e social. O desenvolvimento de cidades sustentáveis, economicamente competitivas e socialmente inclusivas, continua a ser um desafio para todos nós na Europa.

Este debate mais vasto sobre o futuro das cidades tem reflexos no debate que está também a decorrer sobre o futuro da política de coesão na União Europeia. A importância dada às cidades na política regional da UE teve altos e baixos ao longo da última década. Uma vez foi-lhes atribuída grande

importância; outras foram bastante negligenciadas. Contudo, não há dúvida de que são actualmente uma prioridade da agenda política europeia. Este facto é sublinhado, por exemplo, pela decisão de 2005 do Conselho Europeu relativa à competitividade e à coesão, pelas conclusões das reuniões informais dos ministros da UE em Roterdão (2004) e em Bristol (2005) e pelas importantes declarações políticas do Parlamento Europeu em 2005. Foi igualmente salientado em documentos políticos do Comité das Regiões, pela rede Eucities e num conjunto de conferências da UE, em especial a que se realizou em 2004 em Noordwijk, nos Países Baixos. Todas estas manifestações salientaram, por diversas formas, a importância das cidades para o sucesso nacional e europeu e demonstraram a sua importância e significado político.

No entanto, o documento fundamental que assegura que as cidades continuarão a ser uma prioridade da agenda política nos próximos meses é o recente documento da Comissão sobre a política de coesão e as cidades ⁽²⁾. Trata-se de uma importante declaração de princípios, que poderá modelar, na próxima década, o futuro dos fundos estruturais e o futuro das cidades na Europa. É fundamental que o seu conteúdo seja plenamente debatido e, em minha opinião, amplamente aceite. O resto deste artigo descreve as ideias fundamentais e as propostas deste documento.

⁽¹⁾ Professor Michael Parkinson, director do Instituto Europeu para os Assuntos Urbanos, Universidade John Moores, Liverpool: m.h.parkinson@ljmu.ac.uk.

⁽²⁾ «Política de coesão e cidades: contribuição urbana para o crescimento e o emprego nas regiões», Comissão Europeia, 2006.



O novo instituto técnico FH Joanneum em Graz West (Áustria), numa antiga zona industrial transformada em complexo de alta tecnologia com a ajuda do URBAN.

Política de coesão e as cidades: a contribuição urbana para o crescimento e o emprego nas regiões

Este importante documento tem dois objectivos: completar as orientações estratégicas comunitárias para 2007-2013, reforçando a sua dimensão urbana, e apresentar importantes sugestões para a preparação dos fundos estruturais. A Comissão pretende que os Estados-Membros utilizem este documento na definição da nova política de coesão e espera vivamente que as autoridades locais parceiras sejam fortemente envolvidas nessa preparação. O documento constitui uma combinação de vastas ambições políticas, de princípios essenciais para a sua realização e de acções políticas específicas. Abrange fundamentalmente três domínios. Primeiro, explica por que é que as cidades são importantes para a Europa, salientando a importância do desenvolvimento urbano sustentável para a política regional europeia. Depois, esboça quatro ambições políticas fundamentais para as cidades europeias. Em terceiro lugar, identifica meios específicos: finanças e governação. O presente artigo aborda sucessivamente cada um deles.

O desenvolvimento urbano sustentável é importante para a política regional europeia

As cidades possuem muitas das qualidades que sustentam as economias modernas bem sucedidas, baseadas no conhecimento — criatividade, inovação, cultura e espírito empresarial. O êxito das cidades é essencial, por exemplo, para atrair trabalhadores especializados, fundamentais numa economia global competitiva. As cidades são também essenciais para melhorar a eficácia regional. Não existem regiões bem sucedidas na Europa que tenham no seu interior cidades mal sucedidas. Se forem administradas de modo adequado, as cidades podem contribuir para um crescimento e um ambiente mais sustentáveis. E se colaborarem mais e estabelecerem alianças estratégicas com as regiões vizinhas e com outras cidades, podem reduzir concorrências desnecessárias e contribuir para um padrão de desenvolvimento mais equilibrado na Europa.

Que tipo de cidades deve a Europa criar?

O documento defende que as cidades deviam ter quatro grandes objectivos políticos: tornar-se mais atraentes, aumentar a sua contribuição para a inovação, para o espírito empresarial e para a economia do conhecimento, produzir mais e melhor emprego e reduzir entre si as diferenças sociais.

Criar cidades atractivas

O documento salienta que precisamos de nos centrar em quatro questões para tornar as cidades mais atractivas: acesso aos transportes e mobilidade, qualidade dos serviços, qualidade do ambiente e oferta cultural.

Transportes, acessibilidade e mobilidade

O desafio principal consiste em ajudar as cidades a melhorar a acessibilidade a mercados mais vastos na Europa e fora dela e a aumentar a sua mobilidade interna. Assim, o documento defende que os parceiros nacionais, regionais e locais devem incentivar boas ligações aos principais aeroportos e eixos de transportes; uma maior cooperação entre fronteiras municipais; transportes públicos mais acessíveis, eficazes, eficientes e mais integrados; promovendo formas de transporte mais flexíveis ou alternativas; melhorando a mobilidade e o acesso a pessoas que não têm carro.

Acesso adequado a infra-estruturas e serviços de qualidade

Serviços de alta qualidade tornam as cidades mais atractivas e habitáveis, proporcionam empregos e aumentam a competitividade dos trabalhadores. Por isso, as cidades devem garantir serviços eficientes e acessíveis no que diz respeito a cuidados de saúde, serviços sociais, formação e administração; serviços de guarda de crianças para promover a igualdade de géneros; serviços de qualidade em toda a zona urbana; acesso a imigrantes e a grupos culturalmente excluídos.

Ambiente natural e físico de qualidade

As cidades têm de fazer face aos desafios da degradação ambiental incentivada pelo crescimento urbano desordenado. Para isso, devem prosseguir a reabilitação de zonas industriais abandonadas e proteger os terrenos virgens; coordenar a política de utilização de solos e outras políticas a diferentes níveis do governo; investir em infra-estruturas físicas e na gestão activa dos transportes; promover a eficiência energética.

Os factores imateriais são cada vez mais importantes para as decisões de investimento do sector privado, bem como para as decisões de localização de uma mão-de-obra altamente especializada e potencialmente móvel. Serviços e turismo culturais são também importantes fontes potenciais de emprego. E os equipamentos culturais são meios importantes para ajudar a construir uma identidade cívica e cultural. As cidades devem, por isso, promover uma vida cultural intensa, que integre a oferta de equipamentos e de manifestações culturais e comunitárias de forma a construir pontes entre as comunidades.

Apoiar a inovação, o espírito empresarial e a economia do conhecimento

As cidades têm um papel fundamental nesta área da competitividade económica. Devem oferecer um ambiente propício à inovação e aos negócios, simplificar a administração pública e facilitar a criação de redes entre universidades, institutos de investigação e o sector privado.

Ajudar as PME

Para ajudar as PME as cidades têm de melhorar as infra-estruturas económicas da região; proporcionar serviços de consultoria e de apoio às empresas; promover o estabelecimento de contactos entre parceiros económicos; melhorar o acesso ao financiamento; abordar os desafios com que se deparam os jovens empresários, as mulheres empresárias e as minorias étnicas.

Inovação e economia do conhecimento

As cidades têm de atrair os trabalhadores potencialmente móveis através da melhoria da qualidade de vida na região; liderar a definição de estratégias inovadoras para toda a região; tornar mais eficiente e mais acessível às PME a oferta em educação e em IDT; incentivar a criação de redes entre universidades, governo e sector privado; desenvolver uma estratégia integrada de informação e adoptar inovações ecológicas e sistemas de gestão ambiental.

Criar mais e melhor emprego

As cidades criam significativas oportunidades económicas, mas também colocam grandes desafios sociais. Em relação à média, concentram mais pessoas com elevadas competências e qualificações, mas também mais pessoas com menos qualificações. As cidades são afectadas por forças estruturais e por políticas macroeconómicas sobre as quais não possuem grande controlo. Mas, mesmo assim, devem explorar todas as oportunidades que se lhes deparam. Todos os parceiros, aos diversos níveis do governo, devem colaborar na previsão e na resposta às mudanças económicas. As cidades devem criar parcerias entre os principais agentes económicos e sociais. E devem fazer tudo o que for possível para aumentar a empregabilidade dos seus grupos mais vulneráveis.

Melhorar a empregabilidade pela educação e pela formação

O desafio que se coloca às cidades, neste campo, é apoiar o desenvolvimento de sistemas de aprendizagem ao longo da vida; oferecer formação de alta qualidade e aumentar o investimento nas infra-estruturas de ensino; apoiar grupos de pessoas desfavorecidas no mercado do trabalho; atrair trabalhadores qualificados e trabalhadores de serviços; desenvolver programas de formação, de reinserção no emprego e de iniciativa empresarial para pessoas excluídas.

Reduzir as diferenças no seio das cidades

Apesar do seu enorme potencial económico, a maioria das cidades europeias têm zonas e comunidades excluídas economicamente. Esta situação afecta, em especial, as comunidades de minoria étnica, as mulheres e os jovens, como evidenciou a recente auditoria urbana. Para resolver estes desafios, as cidades têm de promover a inclusão social e a igualdade de oportunidades e aumentar a segurança dos cidadãos.

Promover a inclusão social e a igualdade de oportunidades

Neste domínio, a Comissão defende que o desafio que se coloca às cidades e aos seus parceiros consiste em fomentar a integração de grupos de imigrantes através do ensino da língua e de uma formação mais geral; incentivar a cooperação entre autoridades municipais, escolas e comunidade local na oferta de formação aos jovens; melhorar os serviços sociais para fazer face ao desafio da pobreza infantil e impedir o

aparecimento de crianças da rua; aumentar as competências e qualificações das mulheres, incentivando-as a entrar no mercado do trabalho e estimulando o seu espírito empresarial; proporcionar infra-estruturas de guarda de crianças para as mulheres que ingressam no mercado de trabalho.

Reforço da segurança dos cidadãos

A auditoria urbana revelou que as taxas de criminalidade e o medo que provocam são mais elevados nas cidades do que fora delas. O inquérito à opinião pública, no quadro da auditoria, salientou igualmente que o acréscimo de segurança era elemento determinante na atracção de uma cidade para os investidores e para os residentes. Neste domínio, a Comissão defende que as cidades devem adoptar uma abordagem combinada e pró-activa que contribua para a redução da criminalidade, incluindo a planificação, a concepção e a manutenção dos espaços públicos de forma a eliminar a delinquência; concentrando-se nos jovens em risco e especialmente atraindo delinquentes potenciais no início da sua actividade; criando e profissionalizando empregos ligados à segurança e que envolvam residentes locais. Poderá aqui incluir-se a criação de mediadores locais, de agentes de segurança nos bairros, de vigilantes de rua e de sistemas de vigilância de vizinhança.



Em Guimarães (Portugal), o centro da cidade foi restaurado para promover o turismo, a cultura e as PME.

Como criar cidades bem sucedidas?

É óbvio que não basta querer para que as cidades sejam bem sucedidas. Temos de encontrar meios para o conseguir. São importantes, neste campo, o financiamento e o processo de tomada de decisões. Que preconiza a Comissão?

Financiar a renovação urbana

O documento fala muito de métodos para financiar o desenvolvimento urbano. Os fundos da UE já apoiaram muitas infra-estruturas materiais e imateriais, através de investimentos em transportes, gestão de resíduos, educação, formação, tecnologias da informação e redes de comunicações. Em 2004, o Banco Europeu de Investimento concedeu empréstimos no valor de 3,2 mil milhões de euros para a renovação urbana, incluindo projectos de alojamento social, e de 2,3 mil milhões de euros para projectos de transportes urbanos.

Desenvolver a engenharia financeira

No entanto, a inexistência de capital de risco é uma restrição importante para o crescimento das empresas e para a inovação. Por isso a Comissão e o BEI vão introduzir um novo dispositivo em 2007-2013 (Jeremie) que permitirá que intermediários financeiros com experiência no desenvolvimento de empresas e no microcrédito concedam capital às empresas.

Parcerias público-privado

A importância das parcerias público-privado no financiamento de importantes projectos de renovação urbana é muito vasta. Apesar de algumas dificuldades associadas a este tipo de parcerias, o documento defende que as cidades as devem explorar: é necessário o financiamento privado para complementar os recursos públicos; o sector privado acrescenta competências, bem como recursos, embora, para ser eficaz, exija uma visão de longo prazo por parte das autoridades locais.

Melhorar a governação das cidades

O mais importante conjunto de princípios contido no documento da Comissão deverá ser sobre a governação das zonas urbanas — em especial ao incentivar a colaboração a nível regional e entre as cidades, a abordagem integrada para o desenvolvimento urbano, o envolvimento dos cidadãos e a aprendizagem a partir da experiência.

Promover a colaboração entre regiões e entre cidades

São muitas as autoridades que intervêm nas zonas urbanas. Têm finalidades diferentes e legítimas — transportes, desenvolvimento económico, serviços ambientais, *marketing*, educação e formação, serviços sociais e cuidados de saúde. É essencial que colaborem de forma eficaz para otimizar o desenvolvimento da mais vasta região urbana, em vez de concorrerem ou de se contrariarem. O documento sublinha que numa economia global, as cidades europeias precisam de dimensão crítica e devem colaborar o mais possível. A interface urbano/periurbano/rural deve ser bem administrada, para que os utilizadores paguem os serviços onde quer que vivam e os utilizadores rurais e suburbanos não explorem os serviços urbanos. É preciso melhorar os níveis de competências dos profissionais urbanos.

Mais importante ainda: a Comissão defende que os Estados-Membros e as regiões devem delegar nas cidades um maior controlo dos fundos estruturais no que se refere às questões urbanas e implicar as cidades na concepção, execução e avaliação dos programas.

Adoptar uma abordagem integrada para o desenvolvimento urbano sustentável

O documento sublinha que o desenvolvimento urbano é um processo complexo e longo, que exige a integração de diferentes sectores políticos, bem como o envolvimento permanente de um vasto conjunto de parceiros dos sectores público, privado e associativo. Foi esta, por exemplo, uma das principais lições do sucesso da iniciativa URBAN ao longo da última década.

As cidades devem dispor de um plano coerente e de longo prazo para a sua região, que integre objectivos de políticas económicas, sociais e ambientais. Estes objectivos devem ser devidamente acompanhados. E todos os parceiros essenciais devem ser mobilizados para participar na planificação, execução e avaliação dos programas urbanos.

Participação dos cidadãos

Se normalmente as parcerias são incentivadas, é essencial que as cidades impliquem grupos de cidadãos locais e ONG na promoção do crescimento e do emprego sustentáveis em termos ambientais e sociais. As cidades devem fomentar o reforço das capacidades desses grupos, especialmente através da administração electrónica (*e-gouvernement*). E devem tentar reduzir o fosso cultural que muitas vezes existe e que impede a colaboração entre políticos, funcionários e grupos de cidadãos.

Redes e intercâmbio de experiências

Existem muitas boas práticas que as cidades europeias podem aproveitar. É fundamental que não se desperdicem recursos já de si escassos na reinvenção da roda. As cidades devem utilizar ao máximo a experiência acumulada no programa Urbact e noutras redes europeias e nacionais. É igualmente conveniente que a Comissão alargue a todas as cidades da Europa o intercâmbio de experiências, que actualmente se limita apenas às cidades do programa URBAN.



Universidade de Cádiz (Espanha), departamento de Ciências Marinhas: um campus aberto à investigação.

O que se vai passar a seguir?

Estamos num momento crucial do debate sobre o futuro das cidades europeias. Nos últimos anos, as cidades assumiram um novo papel nas prioridades políticas, nacionais e europeias. O seu potencial contributo para o aumento da competitividade económica e da coesão social foi reconhecido de uma forma clara por muitos governos nacionais, pelo Parlamento Europeu e por grupos de interesses urbanos e regionais em toda a Europa. O documento da Comissão dá um contributo essencial para este debate. Identificou algumas ambições políticas fundamentais, alguns princípios de funcionamento essenciais e um conjunto de acções específicas que podem moldar o futuro da política de coesão na Europa. São suficientemente flexíveis para permitirem a diversidade nacional, regional e local. Mas também são suficientemente específicas para orientar a escolha de estratégias e mecanismos futuros. É certo que são mais conhecidas e praticadas nalguns países e cidades do que noutros. É essencial que sejam exploradas — e na minha opinião aceites — por todos os parceiros de todos os Estados-Membros. Quando tal acontecer poderemos passar, nas nossas cidades, do debate à acção. É isso que interessa.



«A questão urbana diz respeito a todos, mas quem lidera?»

Jean-Marie Beaupuy, deputado europeu, membro titular da Comissão do Desenvolvimento Regional (REGI), presidente do intergrupo URBAN-Alojamento do Parlamento Europeu

Oitenta por cento das nossas populações habitam em cidades e nas suas periferias. Esta concentração humana resulta naturalmente na cristalização de todas as necessidades (transportes, alojamento, lazer, cultura, etc.) e de todas as dificuldades (segurança, desemprego, poluição, etc.). Para gerir a diversidade destes temas existem muitos decisores e agentes. Mas é o simples cidadão que ao longo do dia se depara com dificuldades para se deslocar no interior do seu bairro ou para o trabalho e que sofre com a poluição ou a insegurança. É evidente que, no dia-a-dia, estas problemáticas se cruzam e se sobrepõem e que não é possível tratá-las eficazmente se actuarmos isoladamente ou sem concertação. É por isso que proponho que as questões urbanas beneficiem de uma abordagem integrada no seu tratamento.

Na nossa Europa democrática, os agentes públicos devem assegurar aos seus concidadãos a coerência das acções levadas a cabo em seu benefício. Para além das directivas e das subvenções, é necessário que os «decisores» trabalhem em conjunto. Para assegurar esta coordenação aos mais diversos níveis, eu e os meus colegas deputados do Parlamento Europeu solicitamos:

- > a partilha e a promoção de «boas práticas»;
- > a designação sistemática de chefes de projecto/coordenadores. Pensamos que a maior parte das vezes, se não mesmo sempre, são as autoridades municipais que estão melhor colocadas para assegurar esta função.

Poderemos assim atingir os objectivos de Lisboa e de Gotemburgo, criando comunidades sustentáveis.

O Parlamento Europeu, promotor da dimensão urbana nas instituições europeias

Muitos de nós, no Parlamento Europeu, assumimos responsabilidades nos nossos municípios ou regiões. Temos, por isso, um conhecimento prático das realidades. Assim, é natural que como deputados europeus:

- > tenhamos melhorado, ao nível urbano, os regulamentos dos futuros fundos estruturais (2007-2013) na votação da generalidade (Julho de 2005), nomeadamente:

- tornando elegível o alojamento (artigo 59.º),
- reforçando a temática do «desenvolvimento urbano» (artigo 36.º),
- reforçando o princípio das parcerias (artigo 10.º);

- > tenhamos criado um intergrupo URBAN-Alojamento (ver página seguinte);

- > tenhamos adoptado o relatório de Jean-Marie Beaupuy, intitulado «A dimensão urbana no contexto do alargamento», que exige acções concretas e apoio para a sua execução. Para isso, o Parlamento apela a:

- melhor coordenação entre os diferentes serviços em cada instituição europeia,
- diálogo territorial operacional entre a União Europeia e as cidades, entre os governos e as cidades, com os cidadãos,
- desenvolvimento dos instrumentos da União Europeia para acelerar a implementação de boas práticas,
- aplicação de uma política urbana integrada a nível espacial e a nível temático,
- acções de controlo e de acompanhamento para conhecer os resultados obtidos,
- atenção especial aos jovens e às mulheres;

- > tenhamos velado para que no quadro das futuras orientações estratégicas da política de coesão para 2007-2013 seja assegurado um tratamento adequado da dimensão urbana.

O intergrupo URBAN-Alojamento

O intergrupo URBAN-Alojamento reúne 68 deputados de todos os quadrantes políticos, tem 73 organizações parceiras e é assistido por profissionais de política urbana. Produziu numerosas propostas de alterações dos futuros regulamentos dos fundos estruturais para 2007-2013. A sua acção tem carácter associativo e de *lobbying*. Prossegue essencialmente dois objectivos:

- > incentivar e apoiar os responsáveis europeus e nacionais na implementação de acções mais eficazes em prol das cidades;
- > legislar melhor sobre as cidades.

Desde a sua criação em 2004, este grupo tem sido muito activo na promoção das questões urbanas junto de todos os parceiros interessados: autarcas, decisores, associações e cidadãos.

Contacto: http://www.udf-europe.net/main/deputes_page.jsp?path=/deputes/beaupuy/&type=auparlement/070905.

Que perspectivas para o desenvolvimento urbano?



Ao melhorar o acesso ao aeroporto de Riga (Letónia), este projecto Phare fomentou o desenvolvimento urbano.

O novo período de programação dos fundos europeus (2007-2013) incluirá uma forte dimensão urbana.

Desde há algum tempo que o desenvolvimento urbano é um dos grandes desafios da política de coesão europeia. No actual período de programação (2000-2006), a iniciativa comunitária URBAN tem funcionado como um instrumento destinado especificamente a desenvolver o espírito empresarial, o emprego, a inclusão social e a qualidade do ambiente físico e natural nas zonas urbanas em dificuldades.

Do mesmo modo, desde há muito que as cidades e as áreas metropolitanas são consideradas, na maior parte dos programas dos fundos estruturais, como motores do crescimento e do emprego. Por outro lado, o programa Urbact, de intercâmbio de experiências, revela-se um importante instrumento para alargar e aprofundar o nosso conhecimento das boas práticas de desenvolvimento urbano.

Pretende-se agora inscrever este movimento no próximo período de programação (2007-2013). As negociações sobre os novos regulamentos e orientações dos fundos estruturais estão em fase de conclusão, prevendo-se a sua adopção até ao Verão. Inspirando-se em parte numa comunicação da Comissão Europeia resultante de consulta pública efectuada no início de 2006 ⁽¹⁾, esses regu-

lamentos e orientações incluirão uma forte dimensão urbana.

Continuam a subsistir grandes desafios, desde como assegurar um desenvolvimento sustentável no plano social e ambiental até melhorar o nível de vida dos novos Estados-Membros. De qualquer modo, é importante que a política de coesão apoie os consideráveis esforços já levados a cabo para: 1) promover a estratégia de Lisboa para o crescimento e o emprego e 2) criar parcerias sólidas com os agentes locais.

Para fazer face a estes desafios, a Comissão propõe:

- a plena integração dos programas de desenvolvimento urbano no conjunto dos programas, com a possibilidade de delegar competências nos agentes locais;
- o reforço e o alargamento do programa Urbact de intercâmbio de experiências e de boas práticas;
- a aplicação de instrumentos financeiros inovadores, com especial atenção para a melhoria do acesso das microempresas ao financiamento.

⁽¹⁾ «A política de coesão e as cidades: contribuição das cidades e aglomerações para o crescimento e o emprego nas regiões», Comissão Europeia, 2006.



Em Santa Cruz (ilhas Canárias, Espanha), este veículo serve de centro de promoção do novo sistema de transportes urbanos.

As acções urbanas integram-se no «mainstream»

A Comissão pretende atribuir mais espaço às questões urbanas, integrando nos programas de desenvolvimento regional as acções realizadas neste domínio (Regulamento Geral, p. 7). Isto significa, em primeiro lugar, que os quadros de referência estratégicos nacionais incluem nos eixos prioritários temáticos e territoriais, sempre que for oportuno, as prioridades ligadas ao desenvolvimento urbano sustentável [Regulamento Geral, n.º 4, alínea b), do artigo 25.º].

Do mesmo modo (e também sempre que for oportuno), os programas operacionais devem incluir um plano integrado de desenvolvimento urbano sustentável [Regulamento Geral, n.º 4, alínea b), do artigo 25.º e n.ºs 4 e 5 do artigo 36.º]. Este plano deverá incluir uma descrição clara das prioridades de desenvolvimento urbano. Na prática, traduz-se na existência de um eixo prioritário consagrado às problemáticas urbanas, com a lista das cidades e de zonas urbanas abrangidas.

O ideal seria que a concretização destas medidas fosse delegada nas autoridades locais e noutros parceiros locais. Estes têm de ser, em última instância, parceiros concretos na concepção e na implementação destas acções.

No que se refere à natureza das acções urbanas alvo de «mainstream», o «método URBAN» deve continuar a aplicar-se na procura de soluções para os diversos problemas de um território, de acordo com uma abordagem integrada e global (artigo 8.º do Regulamento do FEDER). Esta acção poderá assim compreender medidas como:

- melhoria do ambiente, incluindo os espaços urbanos degradados;
- protecção do património histórico e cultural;
- promoção do espírito empresarial e do emprego local;
- desenvolvimento social;
- serviços prestados a grupos específicos da população.

Podem ser mobilizados até 15% dos financiamentos para projectos do tipo Fundo Social Europeu.

Financiamento inovador: Jeremie e Jessica

Promover o crescimento económico e a inovação implica assumir riscos. A União Europeia sofre de um défice de capital de risco e de falta de garantias bancárias nas zonas desfavorecidas. Para dar resposta a este desafio, a Comissão Europeia e o Fundo Europeu de Investimento (FEI) conceberam uma nova iniciativa conjunta, designada Jeremie. Esta iniciativa visa melhorar o acesso ao financiamento de novas empresas e o desenvolvimento das pequenas e microempresas.

A iniciativa Jeremie será acessível às autoridades de gestão. Ao comprometerem recursos dos programas na Jeremie, beneficiarão de acesso a intermediários financeiros experientes em matéria de desenvolvimento de empresas e de microcrédito. Estes intermediários acreditados confirmarão as capacidades financeiras das empresas e de outros beneficiários finais.

Jeremie reforçará o crescimento, o emprego e a inclusão social nas cidades da União Europeia abrangidas pelos programas dos fundos estruturais. Espera-se que este dispositivo tenha um efeito de alavanca, canalizando capitais provenientes de outras instituições financeiras, nacionais e europeias.

Jessica é uma iniciativa em prol do desenvolvimento urbano sustentável, lançada conjuntamente pela Comissão Europeia, pelo Banco Europeu de Investimento e pelo Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa. Combinando subvenções e empréstimos, tem como objectivo facilitar o financiamento da renovação urbana e do desenvolvimento urbano.

No quadro da iniciativa Jessica, as autoridades de gestão poderão:

- financiar um vasto leque de parcerias público-privado, projectos e outros dispositivos de desenvolvimento urbano susceptíveis de assegurar, a longo prazo, um retorno integral ou parcial do investimento;
- assegurar uma gestão mais simples e mais flexível dos fundos destinados ao desenvolvimento urbano;
- aumentar o efeito multiplicador dos limitados recursos atribuídos ao desenvolvimento urbano, atraindo a contribuição de instituições financeiras internacionais, de bancos, do sector privado, etc.



Apoio às PME em Svaneke, Bornholm (Dinamarca): um ateliê de produção de vidro artesanal destinado à exportação.

Programa Urbact: o interesse na criação de uma rede de cidades europeias

O Urbact I (2003-2006), um programa de intercâmbio de experiências entre agentes de desenvolvimento urbano, dá resposta a uma forte procura por parte das cidades. Os resultados obtidos até ao momento advogam o prosseguimento deste programa para além de 2006.

Ao longo dos últimos 15 anos, a União Europeia foi progressivamente construindo as bases de uma política urbana, que foi resumida no documento de trabalho dos serviços da Comissão «*O desenvolvimento urbano sustentável integra a oferta de serviços públicos de qualidade com objectivos económicos, sociais e ambientais. Para levar a cabo as 'comunidades sustentáveis' mencionadas no Acordo de Bristol, é essencial criar parcerias a nível local entre agentes públicos, privados, associativos e a própria comunidade*»⁽²⁾.

Os projectos-piloto URBAN (1990-1993 e 1997-1999), e os programas URBAN I (1994-2000) e URBAN II (2000-2006), financiados pela política de coesão, permitiram desenvolver concretamente (216 locais na Europa) as políticas de desenvolvimento urbano integrado. Os resultados positivos destas experiências, especialmente do URBAN II, e o reconhecimento de que as cidades têm uma importância capital para a produtividade e o emprego, levaram a Comissão Europeia a propor a integração das políticas de desenvolvimento urbano sustentável na política de coesão para o período 2007-2013.

179 cidades e 375 parceiros

Criado no início de 2003 para organizar os intercâmbios entre as cidades que beneficiavam da iniciativa comunitária URBAN, para retirar ensinamentos das experiências levadas a cabo e para difundir estes conhecimentos em grande escala, o programa Urbact responde claramente a uma necessidade: participam no programa 179 cidades, das quais 40% têm mais de 200 000 habitantes e 33% menos de 100 000 habitantes. Desde 1 de Maio de 2004 que as cidades dos dez novos Estados-Membros são elegíveis para o Urbact; estas cidades representam actualmente um terço das cidades participantes no programa. Ao lado das cidades, principais intervenientes do programa, participam nos trabalhos do Urbact autoridades regionais, universidades e mesmo Estados-Membros. O programa conta com 375 parceiros, em 20 redes e 6 grupos de trabalho temáticos, bem como com grupos de trabalho que agrupam redes sobre um mesmo tema.

Em 2005 foram organizadas mais de 100 reuniões de trabalho no quadro do Urbact, participando em cada uma delas 20 a 30 pessoas, entre autarcas, técnicos e especialistas. São



A bicicleta é rainha no centro da cidade de Viena (Áustria), renovado com a ajuda do URBAN.

mais de 3 000 as pessoas que em toda a Europa estão envolvidas, directa e pessoalmente, nos trabalhos do Urbact.

O sítio Internet do programa (www.urbact.org) contém cerca de 5 000 documentos entre estudos de casos, apresentações de boas práticas, relatórios de estudos, etc. Em Fevereiro de 2006 recebeu 8 000 visitantes, cada um consultando em média 36 páginas, o que indicia o carregamento de inúmeros documentos.

EUKN: intercâmbio europeu de conhecimentos urbanos

A rede europeia de conhecimentos urbanos (EUKN — European Urban Knowledge Network) apoia os Estados-Membros na criação de redes nacionais de conhecimento para o desenvolvimento urbano.

As redes nacionais, interligadas, facilitam o intercâmbio de conhecimentos e de experiências sobre questões urbanas na Europa. A EUKN ajuda assim políticos e legisladores a aprenderem com as experiências dos outros. A EUKN reforça o papel das cidades europeias enquanto motores do crescimento e do emprego, mantendo ao mesmo tempo elevados padrões de sustentabilidade e de inclusão.

⁽²⁾ «A política de coesão e as cidades: contribuição das cidades e aglomerações para o crescimento e o emprego nas regiões», Comissão Europeia, 2006.

A EUKN é uma iniciativa europeia lançada durante a Presidência neerlandesa da UE, em 2004. Actualmente estão integrados nesta rede quinze Estados-Membros, o programa Urbact, a Comissão Europeia e a Eurocities.

Tendo arrancado em Abril de 2005, a EUKN já estabeleceu uma plataforma descentralizada de conhecimentos, baseada num portal central de pesquisa e em redes nacionais em todos os Estados-Membros participantes. Parceiros europeus, nacionais, regionais e locais fornecem estudos de casos, documentos de políticas e relatórios de pesquisa sobre todos os temas importantes relacionados com a política urbana. A EUKN recebeu o prémio XML concedido pelos Países Baixos para a rede mais inovadora.

Desde o lançamento deste sítio Internet, em Outubro de 2005, o número de estudos de casos e de relatórios de pesquisa tem crescido rapidamente. Até ao Verão poderão ser consultados em linha milhares de documentos.

O secretariado da EUKN está sediado em Haia, Países Baixos.

Para mais informações: www.eukn.org.

Que ensinamentos e que valor acrescentado para as cidades?

Entre as diversas actividades das redes e dos grupos de trabalho, destacam-se sete grandes linhas temáticas: as cidades e os jovens, a renovação urbana, os imigrantes, o desenvolvimento da economia local, a participação dos cidadãos, a insegurança e a abordagem integrada do desenvolvimento urbano.

A integração do desenvolvimento urbano sustentável no conjunto da política de coesão torna indispensável a existência de um programa de intercâmbio e de reflexão que divulgue o conceito de desenvolvimento urbano integrado e sustentável, que a União Europeia vem construindo ao longo dos últimos 20 anos.

- > A intervenção do Urbact é atraente para muitas cidades porque, a partir da análise das experiências levadas a cabo noutros locais, do conhecimento dos seus problemas e das diferentes soluções encontradas, dispõem de elementos que lhes permitem uma reflexão e comparações que as ajudam a definir as suas próprias políticas.
- > O Urbact permite às cidades dos 25, em breve 27 Estados-Membros, envolverem-se no diálogo, ajudando-se mutuamente, e permite às cidades médias integrarem redes europeias de intercâmbio.
- > O Urbact é um formidável instrumento de aprendizagem mútua destinado a decisores políticos, técnicos e agentes do desenvolvimento urbano em geral.
- > Em três anos, este programa tornou-se um quadro de trocas e de reflexão sobre as problemáticas urbanas, não apenas entre os decisores das cidades, mas também entre as autoridades regionais, os Estados-Membros, as universidades e os investigadores. O programa favorece assim o fim da compartimentação territorial sectorial e disciplinar entre cidades e no seio das próprias cidades.

- > Por último, o programa permitiu a criação de uma rede europeia de centros de recursos em matéria de políticas urbanas (EUKN, *ver caixa*) e o lançamento de um grupo de trabalho sobre o reforço das competências para a aplicação de uma abordagem baseada no conceito de «comunidades sustentáveis» (Skills, *ver caixa*).

Os meios e os esforços utilizados para extrair ensinamentos das diferentes políticas e para divulgar as respectivas conclusões e recomendações serão mantidos e desenvolvidos no período 2007-2013 através do Urbact II, futuro programa-quadro de intercâmbios entre cidades.

Contacto: info@urbact.org.

Comunidades sustentáveis: competências que transformam ideias em realidade

A coordenação e a cooperação a nível europeu sobre o desenvolvimento de competências são essenciais para a realização das comunidades sustentáveis.

Na reunião ministerial informal sobre comunidades sustentáveis realizada em Bristol (6 e 7 de Dezembro de 2005), os ministros admitiram que a procura de um conjunto de competências gerais está a aumentar, enquanto se nota uma diminuição da sua oferta. Entre essas competências gerais incluem-se a pluriactividade, liderança e condução de uma estratégia, trabalho em parceria, gestão de projectos, negociação e mediação social, gestão das mudanças organizacionais e governação eficaz da comunidade.

O Acordo de Bristol implicou o compromisso dos Estados-Membros de partilharem as suas melhores práticas. A reunião chegou igualmente a acordo sobre um «simpósio europeu em matéria de competências para as comunidades sustentáveis», a realizar no final de 2006, em Leeds, no Reino Unido, a fim de apoiar o investimento no desenvolvimento de competências e no intercâmbio de conhecimentos.

Uma organização criada e apoiada pelo Governo britânico, a Academia para as Comunidades Sustentáveis (ASC — Academy for Sustainable Communities), em parceria com a rede europeia de conhecimentos urbanos (EUKN), deu origem a um grupo de trabalho Urbact. Este grupo de trabalho aconselhará sobre a implementação, coordenação e avaliação do simpósio e recomendará uma cooperação futura sobre competências ao nível europeu, para o período 2007-2013.

O secretariado deste grupo de trabalho está sediado no Reino Unido, apoiando-o e fornecendo-lhe aconselhamento e consultadoria sobre os conteúdos do simpósio. Assegura-se assim que o simpósio preenche as necessidades dos Estados-Membros individualmente e as necessidades europeias colectivamente. As conclusões do simpósio apontam para a existência de organizações locais e regionais integradas num «compromisso de competências» europeu.

Para mais informações: <http://www.ascskills.org.uk/euskills/en/home.cfm>.

As cidades da Auditoria Urbana

- ◆ Cidades da Auditoria Urbana na EU-25
- ◆ Cidades da Auditoria Urbana na Bulgária e na Roménia



Belgique/België	33 Hamburg	66 Madrid	103 Poitiers	138 Trento	163 Tilburg	196 Ponto Delgada	225 Gravesham
1 Antwerpen	34 Hannover	67 Málaga	104 Reims	139 Trieste	164 Utrecht	197 Porto	226 Leeds
2 Brugge	35 Karlsruhe	68 Murcia	105 Rennes	140 Venezia		198 Setúbal	227 Leicester
3 Bruxelles/Brussel	36 Köln	69 Oviedo	106 Rouen	141 Verona	Österreich		228 Lincoln
4 Charleroi	37 Leipzig	70 Palma de Mallorca	107 Saint-Denis	165 Graz	165 Graz	Slovenija	229 Liverpool
5 Gent	38 Magdeburg	71 Pamplona/Iruña	108 Saint-Etienne	166 Linz	166 Linz	199 Ljubljana	230 London
6 Liège	39 Mainz	72 Santander	109 Strasbourg	142 Lefkosia	167 Wien	200 Maribor	231 Manchester
	40 Moers	73 Santiago de Compostela	110 Toulouse				232 Newcastle-upon-Tyne
Česká Republika	41 Mönchengladbach	74 Sevilla		Latvija	Polska	Slovenská Republika	233 Portsmouth
7 Brno	42 Mülheim an der Ruhr	75 Toledo	Ireland	143 Liepāja	168 Białystok	201 Banská Bystrica	234 Sheffield
8 Ostrava	43 München	76 Valencia	111 Cork	144 Rīga	169 Bydgoszcz	202 Bratislava	235 Stevenage
9 Plzeň	44 Nürnberg	77 Valladolid	112 Dublin		170 Gdańsk	203 Košice	236 Worcester
10 Praha	45 Regensburg	78 Vitoria/Gasteiz	113 Galway	Lietuva	171 Gorzów Wielkopolski	204 Nitra	237 Wrexham
11 Ústí nad Labem	46 Schwerin	79 Zaragoza	114 Limerick	145 Kaunas	172 Jelenia Góra		
	47 Trier			146 Panevėžys	173 Katowice	Suomi/Finland	България/Bulgaria
Danemark	48 Weimar	France	Italia	147 Vilnius	174 Kielce	205 Helsinki/Helsingfors	238 Burgas
12 Aalborg	49 Wiesbaden	80 Ajaccio	115 Ancona	Luxembourg (G.D.)	175 Konin	206 Oulu/Uleåborg	239 Pleven
13 Århus	50 Wuppertal	81 Amiens	116 Bari	148 Luxembourg	176 Kraków	207 Tampere/Tammerfors	240 Plovdiv
14 København		82 Besançon	117 Bologna		177 Łódź	208 Turku/Åbo	241 Ruse
15 Odense		83 Bordeaux	118 Cagliari	Magyarország	178 Lublin		242 Sofia
	Eesti	84 Caen	119 Campobasso	149 Budapest	179 Nowy Sącz	Sverige	243 Varna
Deutschland	51 Tallinn	85 Cayenne	120 Caserta	150 Miskolc	180 Olsztyn	209 Göteborg	România
16 Augsburg	52 Tartu	86 Clermont-Ferrand	121 Catania	151 Nyíregyháza	181 Opole	210 Jönköping	245 Alba Iulia
17 Berlin	Ελλάδα/Ellada	87 Dijon	122 Catanzaro	152 Pécs	182 Poznań	211 Malmö	246 Arad
18 Bielefeld	53 Athina	88 Fort-de-France	123 Cremona	Malta	183 Rzeszów	212 Stockholm	247 Bacău
19 Bochum	54 Ioannina	89 Grenoble	124 Firenze	153 Gozo	184 Suwałki	213 Umeå	248 Braïla
20 Bonn	55 Iraklio	90 Le Havre	125 Genova	154 Valletta	185 Szczecin		249 București
21 Bremen	56 Kalamata	91 Lille	126 L'Aquila		186 Toruń	214 Aberdeen	250 Călărași
22 Darmstadt	57 Kavala	92 Limoges	127 Milano	Nederland	187 Warszawa	215 Belfast	251 Cluj-Napoca
23 Dortmund	58 Larissa	93 Lyon	128 Napoli	155 Amsterdam	188 Wrocław	216 Birmingham	252 Craiova
24 Dresden	59 Patra	94 Marseille	129 Palermo	156 Arnhem	189 Zielona Góra	217 Bradford	253 Giurgu
25 Düsseldorf	60 Thessaloniki	95 Metz	130 Perugia	157 Eindhoven	190 Zory	218 Bristol	254 Oradea
26 Erfurt	61 Volos	96 Montpellier	131 Pescara	158 Enschede	Portugal	219 Cambridge	255 Piatra Neamț
27 Essen		97 Nancy	132 Potenza	159 's Gravenhage	191 Aveiro	220 Cardiff	256 Sibiu
28 Frankfurt am Main	Espania	98 Nantes	133 Reggio di Calabria	160 Groningen	192 Braga	221 Derry	257 Tirgu Mures
29 Frankfurt an der Oder	62 Badajoz	99 Nice	134 Roma	161 Heerlen	193 Coimbra	222 Edinburgh	258 Timișoara
30 Freiburg im Breisgau	63 Barcelona	100 Orléans	135 Sassari	162 Rotterdam	194 Funchal	223 Exeter	
31 Göttingen	64 Las Palmas	101 Paris	137 Torino		195 Lisboa	224 Glasgow	
32 Halle an der Saale	65 Logroño	102 Pointe-à-Pitre					

BUDAPESTE (HUNGRIA)

Melhor gestão das águas residuais



Custo total: 529 107 000 EUR

Contribuição da UE: 304 661 500 EUR

O nosso objectivo consiste em tratar biologicamente 95% das águas residuais de Budapeste (1,8 milhões de habitantes). Isso será possível logo que seja construída a nova rede de esgotos bem como a estação municipal para o tratamento de águas residuais de Budapeste Centro, com uma capacidade de tratamento de 350 000 m³/dia. Beneficiam desta acção 850 000 habitantes. O projecto, que vai melhorar consideravelmente a qualidade das águas do Danúbio, comporta cinco vertentes: construção na ilha de Csepel de uma estação de tratamento de águas residuais utilizando as tecnologias mais avançadas nesta matéria e de economia de energia (biogás); criação de uma unidade de compostagem das lamas resultantes do tratamento das águas residuais (capacidade: 100 000 toneladas/ano); instalação dum esgoto principal de 6,9 km na margem de Buda; construção de uma rede de canalizações sob pressão que ligue as principais estações de bombagem à estação de tratamento de águas residuais; modernização e extensão das estações de bombagem. O Fundo de Coesão financia 65% do custo total elegível (468 710 000 euros). O final das obras está previsto para 2009.

Gyula Somlai, director do Departamento de Obras Públicas, Câmara de Budapeste
somlaigy@budapest.hu.

VALENÇA (PORTUGAL)

Revalorização do património urbano



Custo total: 2 600 000 EUR

Contribuição da UE: 1 900 000 EUR

Cidade fronteiriça com Espanha, Valença possui um rico património cultural, que reflecte as múltiplas ligações entre o extremo norte de Portugal e a Galiza. Com o apoio do FEDER e do Programa Operacional da Região Norte, as autoridades municipais lançaram uma série de projectos destinados a restaurar e revalorizar o centro histórico da cidade. Com este embelezamento urbano e a modernização das infra-estruturas de base (esgotos, arruamentos, etc.) pretende-se promover o turismo cultural e contrariar o declínio demográfico, através da criação de actividades e de uma melhor qualidade de vida.

Jorge Sobrado, CCDR-Norte
vitor.devesa@ccdr-n.pt.

CERNIKA (ESLOVÉNIA)

Conversão de um terreno militar em parque empresarial



Custo total: 3 951 000 EUR

Contribuição da UE: 2 598 573 EUR

Com a ajuda do FEDER, o município de Cernika está a criar um parque empresarial num antigo terreno militar reservado ao exército jugoslavo. A primeira fase do projecto terminou em Novembro de 2005. Consistiu em demolir as casernas, nivelar o terreno, viabilizar o espaço (estradas de acesso, canalização de água, esgotos, iluminação, etc.), equipando-o com todas as infra-estruturas necessárias à instalação de empresas (electricidade de alta tensão, cabos para Internet de banda larga, etc.). O espaço de 11 000 m² está pronto para acolher, a um custo razoável, escritórios, oficinas e outros edifícios que vão ser construídos. O projecto insere-se na estratégia de desenvolvimento da região de Notranjsko Kraška.

Franc Lenarcic, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

Franc.Lenarcic@gov.si

AMSTERDÃO (PAÍSES BAIXOS)

ArenA, uma parceria para o emprego



Custo total: 650 000 EUR

Contribuição da UE: 325 000 EUR

A abertura do estádio ArenA, em 1996, não produziu a criação de postos de trabalho duradouros que se previa no «Zuidoost», bairros da zona sudeste de Amsterdão. Daí a criação, por iniciativa da cidade, de uma parceria para o emprego que agrupasse todas as forças vivas locais: poderes públicos, empresários, organizações profissionais, instituições educativas, associações, etc. Estão representados na «ArenA Initiatief», que coloca em rede todos os agentes socioeconómicos locais ao serviço do emprego e da formação, 80 organismos. Do ponto de vista psicológico, pretendia-se igualmente acabar com a divisão entre a zona leste (onde as pessoas vivem) e a zona oeste (onde trabalham). A fórmula teve êxito: a ArenA contribuiu para uma diminuição muito sensível do desemprego no Zuidoost. Entre 1996 e 2003, o número de candidatos a emprego desceu de 15 000 para 5 000.

Peter Aben, Assuntos Económicos, Amsterdam Zuidoost
p.aben@zuidoost.amsterdam.nl

ESPAÑA

«A força do projecto URBAN de Gijón reside na sua integração»

Blanca Cañal García, directora do programa URBAN II Gijón (Astúrias)



«Sector periférico industrial em crise» é a denominação adequada para classificar a zona de intervenção URBAN de Gijón. Com 26 519 habitantes no momento da elaboração do programa, ou seja, 10% da população de Gijón, esta zona da parte oeste da cidade, compreende vários sectores: Jove (cujos bairros, como El Muselín, Portuarios e Pescadores, vão até ao mar), Tremañes (zona de vocação industrial) e uma parte dos bairros da Calzada e do Natahoyo, zonas densamente povoadas e que têm terrenos industriais abandonados na sequência do encerramento de várias grandes empresas. Em toda a zona URBAN, os espaços residenciais coabitam com uma actividade industrial intensa e com grandes infra-estruturas de transportes: o porto de Musel e várias linhas ferroviárias atravessam estes bairros. O desemprego e os problemas sociais são muito mais sérios na zona URBAN do que noutras partes da cidade.

Executado pela cidade de Gijón, o projecto URBAN conta com um co-financiamento de 75% do FEDER, para um custo total elegível de 14,2 milhões de euros, repartidos por cinco eixos prioritários: recuperação dos terrenos abandonados e criação de lotes para venda; melhoramento do tecido económico; integração das populações desfavorecidas; tratamento de resíduos; promoção de novas tecnologias.



O «ponto verde» em Gijón.

Para transformar estas prioridades em acções, foram tidos em conta certos princípios que induzem efeitos de alavanca e valor acrescentado, nomeadamente a abordagem integrada e a procura de sinergias com outras acções públicas e privadas. Dois exemplos podem ilustrar estes propósitos.

de uma centena de sessões de informação sobre recolha selectiva, organizadas nos centros de ensino, casas da juventude, clubes da terceira idade, telecentros, etc. Catorze associações locais colaboraram na organização de uma exposição sobre o tema. Calcula-se que mais de 800 pessoas tenham visitado esta exposição de cinco dias. Actualmente, o Ponto Verde é uma instalação atraente, de que os habitantes estão orgulhosos. Está situado no bairro mais popular da zona URBAN, na proximidade de estabelecimentos escolares, de centros de saúde e de um complexo desportivo, onde aliás se continuam a fazer acções de formação em matéria de ambiente. Deve igualmente salientar-se que todas as acções URBAN são acompanhadas por sensibilizações sobre a economia de energia, a gestão dos lixos domésticos, etc.

A parceria com as empresas

Os espaços industriais mais antigos e menos equipados da cidade estão situados na zona URBAN e são objecto de intervenção. O trabalho de recuperação dos terrenos degradados, que já começou, mobilizou as associações empresariais, repartidas por três parques industriais. Os terrenos industriais e outros terrenos abandonados, muitas vezes utilizados ilegalmente, foram transformados em parques de estacionamento ou em áreas construídas. Esta acção envolveu, nomeadamente, duas sociedades (ADIF e FEVE) cujas vias-férreas atravessam estes espaços. Por conseguinte, a partir dos resultados positivos desta acção, foi muito mais fácil apresentar às empresas — na maior parte de muito reduzida dimensão — outras linhas de acção a favor do ambiente ou das novas tecnologias. Assim, uma das associações empresariais iniciou a plantação de cerca de 100 árvores no seu parque industrial. Noutro local, uma empresa elaborou recentemente um acordo para desenvolver sítios Internet para 150 empresas da zona URBAN. Nesse sentido, está a fazer formação para jovens da zona, devendo pelo menos seis deles ser contratados.

Com a minha experiência de 10 anos no desenvolvimento deste tipo de projectos, penso poder afirmar que estes programas integrados, concentrados em zonas bem precisas e que exigem um grande envolvimento dos agentes no terreno, ultrapassam em muito a simples execução de um orçamento: têm um valor acrescentado e uma visibilidade para os cidadãos muito superior à que teriam se fossem executados pelos diversos serviços especializados, actuando separadamente, sem verdadeira coordenação nem integração.

Para saber mais: www.gijon.es.

O «ponto verde»

Inicialmente pensou-se em organizar um «ponto verde» (parque de contentores para a recolha selectiva dos lixos residenciais) num terreno vago situado por detrás de uma via-férrea. Infelizmente, os habitantes locais opuseram-se a esta instalação no seu bairro. Ao inscrever a acção no quadro do URBAN, foi fácil sensibilizar grande parte da população através de cerca

URBAN II em acção em Leipzig e Dortmund (Alemanha)

Bairros em desenvolvimento

Os 12 programas URBAN II alemães combinam-se com as intervenções dos fundos europeus e com as outras ajudas ao desenvolvimento concedidas pelo Estado federal, pelos *Länder* e pelas cidades. Com a sua abordagem participativa, integrada e inovadora, tornam de novo atractivos e voltam a dar dinamismo aos bairros abrangidos, bem como orgulho e esperança aos seus habitantes. Leipzig e Dortmund são prova disso.



Esta minhoca gigante, símbolo de vitalidade, ladeia a fachada do edifício-sede de Wege e.V, uma associação de pais de crianças em dificuldades psicológicas apoiada pelo URBAN em Leipzig.

Karsten Gerkens, director de urbanismo na cidade de Leipzig, mostra a fotografia de uma jovem que «flutua» num casaco demasiado grande para ela: «Aqui, o desenvolvimento urbano consiste em tentar ajustar um casaco muito caro, mas demasiado grande, a um corpo em crescimento».

A imagem é eficaz: Leipzig, com efeito, é um exemplo de «shrinking city» ⁽¹⁾, uma «cidade que encolheu». Sendo a maior aglomeração urbana da ex-RDA logo a seguir a Berlim, a sua população passou de 750 000 habitantes nos anos trinta para 493 000 em 2000, voltando a aumentar desde aí e atingindo actualmente 500 000 habitantes. Mas só entre 1990 e 2000, Leipzig perdeu 100 000 habitantes. As causas desta hemorragia são múltiplas: a muito fraca taxa de natalidade explica um défice de 25 000 pessoas e, com a reunificação, Leipzig viu desaparecer 60 000 empregos na indústria, levando 25 000 habitantes a passar para a parte ocidental da Alemanha. Ao mesmo tempo, 50 000 habitantes de Leipzig, sucumbindo aos encantos de uma casa individual,

de muito difícil acesso no antigo regime da Alemanha de leste, instalaram-se nos arredores ou no campo, abandonando a cidade propriamente dita.

Resultado: muitos edifícios vazios, 60 000 alojamentos vagos e um tecido urbano pouco consistente. Em ruas muito importantes de alguns bairros, um em cada quatro edifícios está desocupado. Mas a impressão não é a mesma que numa cidade industrial em crise, onde geralmente a totalidade dos bairros está degradada: em Leipzig, ao lado de edifícios elegantes, porque foram recentemente restaurados, aparecem edifícios abandonados, com fachadas em ruína. E faz pena ver isto, porque muitas vezes são belos edifícios de estilo «Gründerzeit», o período de expansão e de urbanização intensa que a Alemanha conheceu entre 1870 e 1914. É por isso que o objectivo último do programa URBAN II «Leipziger Westen», levado a cabo em quatro bairros da zona ocidental da cidade (8 km², 32 000 habitantes), é muito simples: «Manter as pessoas na cidade e atrair outras», resume Norbert Raschke, que dirige o programa.

⁽¹⁾ Leipzig e Halle, a cidade vizinha, fazem parte da rede «Shrinking Cities» (<http://www.shrinkingcities.com/>), projecto realizado entre 2002 e 2006 pela Kulturstiftung des Bundes (Fundação Cultural Federal), que reúne arquitectos, cientistas e artistas para obras realizadas igualmente em Detroit (EUA), Ivanovo (Rússia), Manchester e Liverpool (Reino Unido).

Acesso à propriedade... e ao emprego

«Na parte leste, as pessoas têm muito pouco património. São muitas as que querem aceder à propriedade, mas não têm meios para comprar e renovar um apartamento», explica Christoph Scheffen, coordenador da agência imobiliária social Immothek, apoiada pelo URBAN e pela cidade de Leipzig. «O nosso papel consiste em procurar, com a ajuda de arquitectos voluntários, imóveis disponíveis, renováveis a um custo razoável e propô-los a famílias que desejam comprar um alojamento. Reunimos estes compradores potenciais — em média seis famílias por edifício — para se poderem conhecer e ver se têm meios suficientes para comprar o edifício em conjunto, em regime de co-propriedade». Entre 2002 e 2005, foram assim adquiridos, a preços de custo, 212 alojamentos. Leipzig é a primeira cidade da Alemanha a apoiar este tipo de operações, cujo modelo foi possível conceber graças a uma subvenção URBAN de 500 000 euros. Calcula-se que a operação deu origem, em relação ao conjunto da cidade, a 40 milhões de euros de investimentos e a cerca de 200 novos empregos.



Uma brigada verde em acção no Henriettepark, no centro da zona URBAN em Leipzig.

Em bairros em que a taxa de desemprego ultrapassa 20%, é evidente que o emprego é a grande prioridade do programa URBAN de Leipzig: 8 milhões de euros, representando 40% do orçamento global, são consagrados à medida «Economia e emprego», que combina dispositivos clássicos de ajuda aos empresários (consultoria, cedência de equipamentos, colocação em rede, etc.) com acções de formação específicas (para jovens, mulheres, imigrantes, etc.) e iniciativas inovadoras (empresas escolares, bolsas de ideias, etc.). Para o período 2001-2004, o URBAN Leipziger Westen reclama ter criado ou mantido 430 empregos, ter dado uma formação qualificadora a 80 pessoas e envolver 800 jovens num curso intensivo sobre criação de empresas. «Partimos do nada em Maio de 2002», lembra Frank Basten, conselheiro no Centro de Empresas e de Inovação «Freie Wirtschaftsförderung» (Apoio à livre empresa). «Até à data, Fevereiro de 2006, apoiámos 147 pequenas empresas, que representam 353 empregos. A repartição dos sectores traduz o tecido económico da zona URBAN, mas também as nossas prioridades: 69 empresas de serviços às empresas, 28 artesãos, 23 estabelecimentos comerciais, 14 estabelecimentos hoteleiros e 13 empresas de serviços a particulares. No nosso apoio privilegiamos as actividades ligadas a nichos e a especialidades, designadamente à informática e ao automóvel».

Atrair novos habitantes para a cidade implica embelezar os bairros. A este propósito, a medida «Qualidade do espaço urbano» mobiliza o URBAN em cerca de 7,3 milhões de euros. A combinação de diferentes financiamentos permitiu a valorização do canal Karl-Heine e a conversão de antigos terrenos industriais em espaços verdes, mas também outros tipos de medidas, como um sistema inovador de empréstimo de terrenos. Mais do que grandes terrenos industriais abandonados, Leipzig tem, com efeito, pequenos terrenos vagos que apenas exigem uma boa limpeza ou desmatamento para se transformarem em jardins ou terrenos de jogos. «Colocamos em contacto o proprietário e a pessoa ou o organismo que pretende utilizar o terreno e procuramos que cheguem a acordo sobre um empréstimo gratuito ou um contrato de arrendamento temporário», explica Tobias Habermann, um dos dois «gestores de bairro» da zona URBAN. «Todos ganham e nós eliminamos deste modo muitos espaços poluídos da cidade. Aplicamos o mesmo princípio para certas lojas encerradas que dão para ruas importantes. Empréstadas pelos proprietários, estas lojas podem servir para organizar manifestações culturais ocasionais — festas ou exposições — ou passar a ser locais de encontro permanente para jovens, associações, etc.»

Entusiasmo

Segundo um estudo do Instituto Alemão do Urbanismo (Deutsches Institut für Urbanistik — DIFU), os cerca de 20 milhões de euros do orçamento do programa URBAN Leipziger Westen geraram 280 milhões de euros privados. «É evidente que se trata de um excelente resultado», refere Bertram Plate, coordenador dos projectos sociais do programa, «mas o que considero ainda mais formidável é o facto de termos voltado a encontrar nos nossos bairros o entusiasmo que surgiu no momento da queda da Cortina de Ferro, mas que esmoreceu a seguir com as duras realidades da reestruturação».

Este entusiasmo e este orgulho reencontrados são muito perceptíveis também numa região afastada de Leipzig e que não teve a mesma história recente, uma vez que se situa na Alemanha Ocidental. A leste da bacia do Ruhr, Dortmund (590 000 habitantes) prossegue na sua reconversão de cidade siderúrgica em metrópole de alta tecnologia. A acção está muito avançada, mas nem todas as zonas da cidade tiraram partido desta conversão: Nordstadt, a zona a norte do centro da cidade, perdeu inúmeros postos de trabalho, nomeadamente dois mil, de uma só vez, na sequência do encerramento de uma unidade siderúrgica. Além disso, 40% dos 54 000 habitantes de Nordstadt são de origem imigrante, uma população especialmente fragilizada pela perda de empregos industriais. Daí a escolha deste bairro para beneficiar de um programa URBAN II envolvendo 28,8 milhões de euros, dos quais 10 milhões de origem europeia. Balanço intercalar dos 29 projectos já seleccionados: «16 novas empresas e 200 empregos criados, 2 300 pessoas que beneficiaram de formação, 2 500 contactos com as empresas locais e uma redução sensível da delinquência», anuncia Ralf Appel, director do programa, que salienta igualmente que «se desenvolveu uma dinâmica de bairro irreversível com o URBAN».

Se é verdade que o visitante fica impressionado com a instalação no Fredebaumpark da maior tenda de índios do mundo, talvez seja o Nordmarkt a parte da Nordstadt mais emblemática da estratégia executada e dos resultados obtidos em Dortmund com o URBAN. Aquilo que é hoje uma bela praça e simultaneamente um agradável espaço verde no meio de um

bairro densamente povoado, ainda em 2002 era um espaço sem futuro, onde se encontravam os alcoólicos, heroína-dependentes e prostitutas. Pouco mais de 1,1 milhões de euros de fundos URBAN permitiram recuperar o local e, ao mesmo tempo, conservá-lo e torná-lo seguro, recorrendo a um dispositivo de «seguranças e agentes urbanos». Existem igualmente 18 empregados contratados no quadro de um programa federal de regresso ao trabalho, que velam pela limpeza, pela segurança e mesmo pelo carácter agradável das ruas e praças do Nordmarkt. «São tarefas simples mas altamente simbólicas, como pedir às pessoas que deitem o lixo nos caixotes ou ajudar os alunos das escolas a atravessar a rua, que revalorizam estas pessoas antes excluídas e recriam relações sociais», explica Bernd Axmann, chefe do projecto na empresa de inserção social Grünbau GmbH, que enquadra o dispositivo.



Um aspecto da operação de pintura de fachadas, empreendida no âmbito da acção URBAN de renovação de bairros, em Dortmund.

Cidade social

«Procuramos puxar as pessoas para cima», diz Helga Beckmann. «Melhorar a imagem que têm de si próprias e do seu bairro, convencê-las de que o copo não está meio vazio, mas sim meio cheio e que é possível enchê-lo. Organizamos todo o tipo de eventos, festas, concursos de ideias... Isto gera projectos e dá uma atracção e visibilidade ao bairro sem se gastar muito dinheiro». Helga e o seu colega Martin Gansau são os dois responsáveis pelo «escritório de bairro» de Nordmarkt. Existem três escritórios destes na Nordstadt. São a interface entre os habitantes e as autoridades públicas, «simultaneamente mediadores, facilitadores e animadores», precisa Martin. «Não resolvemos directamente os problemas, nem substituímos a administração; limitamo-nos a ajudar as pessoas que nos contactam a encontrar o interlocutor de que precisam».

Esta «gestão de bairro» é um instrumento essencial do desenvolvimento urbano na Alemanha. Está no âmago do conceito de «Soziale Stadt» (cidade social), de que o Land a que pertence Dortmund, Renânia do Norte-Vestefália, é pioneiro. Lançado em 1993, o programa regional «Stadtteile mit besonderem Erneuerungsbedarf» (bairros especialmente carenciados de renovação) foi o primeiro programa alemão a funcionar segundo uma abordagem transversal. Pretendia-se fazer frente ao declínio urbano provocado pelo desaparecimento das minas de carvão e da siderurgia na bacia do Rur. Em 1998, o êxito da experiência levou o governo

federal a adoptar a fórmula e a propô-la em 1999 aos 16 Länder alemães, sob a designação de «Bund-Länder-Programm Soziale Stadt» («programa federal-regional cidade social»).

À semelhança da iniciativa URBAN, que em parte o inspirou, o programa Soziale Stadt consagra a abordagem territorial, integrada e participativa da requalificação dos bairros mais desfavorecidos. «O enorme valor acrescentado dos programas como o Soziale Stadt ou o URBAN», afirma Karl Jasper, coordenador do URBAN no Ministério das Obras Públicas e Mobilidade do Land, «é que favorecem a participação dos habitantes nos projectos. Esta participação tem duas vantagens: primeiro, aproveita-se a vivência dos habitantes para adaptar melhor os projectos e torná-los mais sustentáveis. Segundo, a dinâmica que os projectos induzem permite criar estruturas sociais que estabilizam o bairro a longo prazo. No fim de contas é o papel dos poderes públicos que é redefinido: o Estado que presta assistência, que ajuda os seus cidadãos em dificuldade, torna-se o Estado que liberta os potenciais endógenos que permitem às pessoas ajudar-se a si próprias. Trata-se de certo modo do 'ajuda-te a ti mesmo e o URBAN te ajudará'».

Mas Karl Jasper recorda que o URBAN é apenas uma componente modesta da acção urbana na Renânia do Norte-Vestefália: o actual programa do objectivo n.º 2 (cerca de 2 mil milhões de euros) intervém em grande parte em zonas urbanas e, só por si, a primeira economia regional da Europa, o Land mais populoso e industrializado da Alemanha, investe anualmente 150 milhões de euros no desenvolvimento urbano, repartidos pelo programa Soziale Stadt (40 milhões), pelo programa de reconversão urbana «Stadtumbau» (30 milhões) e por diversas outras medidas a favor de pequenas e médias cidades (80 milhões).

«Mainstream»

Em matéria de gestão do desenvolvimento urbano financiado pelos fundos estruturais, a Renânia do Norte-Vestefália prefigura também o futuro. Com efeito, é extraordinário que os presidentes das câmaras das cinco maiores cidades do Land tenham assento no comité de acompanhamento dos programas europeus, mas sem hegemonia, sem mais prerrogativas que os restantes parceiros como, por exemplo, as câmaras de comércio.

Ullrich Sierau, um dos criadores e promotores do programa Soziale Stadt, é o vereador de urbanismo da cidade de Dortmund. Este antigo chefe de unidade no Ministério do Desenvolvimento Urbano do Land exprime uma opinião que muitos promotores regionais parecem partilhar: «Somos favoráveis aos princípios da estratégia de Lisboa: é preciso favorecer a competitividade, a inovação, o conhecimento, a formação dos recursos humanos... Mas continuo a acreditar nos princípios da cidade social: ninguém deve ser marginalizado. É preciso um equilíbrio. De qualquer modo, o capital não vai para onde os problemas sociais não estão resolvidos».

Para saber mais:

www.urban-leipzig.de

www.urban.dortmund.de

A Rede URBAN germano-austriaca constitui uma excelente fonte em matéria de desenvolvimento urbano nestes dois países, mas igualmente à escala europeia:
Deutsch-Österreichisches URBAN-Netzwerk
Rue du Luxembourg 47-51, B-1050 Bruxelles
Tel.: (32-2) 550 16 10, Fax: (32-2) 503 56 06
c.huttenloher@deutscher-verband.org

HAVRE (FRANÇA)

Criação de um parque urbano



Custo total: 9 343 413 EUR

Contribuição da UE: 2 472 721 EUR

O principal projecto do programa URBAN II do Havre é a construção de um parque urbano entre a cidade e o porto. Trata-se de criar um local de lazer e de passeio para os habitantes do bairro Saint-Nicolas, ligar este bairro ao centro da cidade e mudar a sua imagem, atraindo habitantes e investidores. O arranjo do parque baseia-se no carácter excepcional do local: existência de bacias marítimas e de actividades portuárias, proximidade do mar e do centro da cidade... Uma iluminação específica servirá para valorizar o espaço, nomeadamente as bacias marítimas. A construção de uma ponte que vai dar ao centro do parque urbano contribuirá para acabar com o isolamento do bairro Saint-Nicolas e sobretudo para dar uma vocação municipal ou mesmo intermunicipal a este espaço de convívio.

Ouahid Dorbane, delegado-geral para o Desenvolvimento dos Bairros da zona Sul do Havre

Ouahid.Dorbane@ville-lehavre.fr

BRISTOL (REINO UNIDO)

Inserção de jovens deficientes



Custo total: 342 575 EUR

Contribuição da UE: 169 938 EUR

O projecto de inclusão «Just CHIL» (Just Children Helping Inclusion by Listening — Ajudar as crianças a inserir-se através da escuta) é uma resposta inovadora às necessidades de jovens deficientes com dificuldades de aprendizagem e de comportamento. Uma pesquisa local revelou que este grupo corria maior risco de exclusão e de comportamentos anti-sociais, mesmo violentos, sendo as suas necessidades demasiado complexas para serem assumidas unicamente pelo sistema escolar convencional. O projecto abrange os jovens mais difíceis. Utiliza uma abordagem educativa centrada na pessoa e nos seus pares para desenvolver as capacidades do jovem em reconhecer e alterar o seu comportamento. Os cursos incluem a gestão da cólera, negociação, resolução dos conflitos e cidadania, competências que os participantes vão utilizar no seu dia-a-dia. O projecto teve um impacto importante: os 60 jovens que concluíram a formação mostraram grandes progressos no seu comportamento, na frequência escolar e no encaminhamento para um emprego. Uma jovem recebeu o prémio do Memorial da Princesa Diana, que recompensa o trabalho comunitário, outros quatro jovens entraram no grupo de direcção do programa URBAN e outros ainda participam em diversas associações.

Steve Morris, director do programa URBAN II South Bristol
s_morris@bristol-city.gov.uk
www.southbristolurban2.co.uk

SAMBREVILLE (BÉLGICA)

Formação em renovação de edifícios



Custo total: 202 057 EUR

Contribuição da UE: 101 028 EUR

O objectivo deste projecto é permitir às pessoas desfavorecidas — principalmente homens — a criação de novos laços sociais, mas igualmente o de receberem, no final da formação, um certificado formal em diversas especialidades da construção e da renovação (pedreiro, estucador, pintor, electricista, etc.). Graças a este certificado, poderão encontrar um trabalho no sector da construção ou serem orientados para outras acções de formação mais qualificadoras. A prazo, o objectivo é formar 60 pessoas, recebendo cada uma 820 horas de formação. Em termos de criação de empregos, são 30 pessoas que encontrarão directamente uma actividade. Pretende-se igualmente que os alunos contribuam para a renovação do património local. Estas acções de formação já permitiram renovar duas casas, bem como um edifício.

Philippe Lhomme e **Laurent Warnon**, célula de assistência técnica URBAN, Administração municipal de Sambreville
urban@commune.sambreville.be

DUBLIM (IRLANDA)

Participação dos habitantes na recuperação ambiental



Custo total: 505 437 EUR

Contribuição da UE: 233 120 EUR

O bairro de Ballyfermot, em Dublin, tinha muitos terrenos vagos, verdadeiras «terras de ninguém» e lixeiras urbanas. Em 2002 foi lançado um projecto URBAN para incentivar os habitantes a serem eles próprios a pegar na reabilitação destes espaços. A concessão da ajuda financeira ficou condicionada ao respeito de várias condições: deviam ser projectos sustentáveis, definidos após os habitantes serem consultados, baseados no voluntariado e destinados a melhorar e proteger o ambiente. Portanto, os projectos são elaborados, executados e conservados pela população local. Está em curso uma avaliação independente, mas pode dizer-se desde já que o programa aumentou o sentimento de pertença ao bairro e contribuiu para mobilizar os residentes em torno dos problemas locais, numa acção aberta e participativa. Criou relações muito positivas entre vizinhos, fez diminuir os actos de vandalismo e permitiu aos habitantes que se apropriassem do local onde vivem.

Caitriona Ryan, directora do programa URBAN Ballyfermot
Caitriona@urbanbl.ie
www.urbanbl.ie



SUÉCIA

«Jalla, Jalla», um contributo para a inclusão social

Susan Runsten, coordenadora do programa «URBAN II Göteborg»

Gotemburgo está situada na costa ocidental da Suécia. Com uma população de 485 000 habitantes, é a segunda maior cidade do país. Ao longo das últimas décadas Gotemburgo passou por profundas mudanças estruturais. Era anteriormente uma cidade baseada na indústria, no porto e nos estaleiros navais, tendo agora desenvolvido uma economia mais diversificada, incluindo a indústria das tecnologias de informação e comunicação, do turismo e da biomedicina.

Gotemburgo é actualmente uma cidade próspera e em crescimento. Ao mesmo tempo tem graves problemas, relacionados principalmente com a exclusão social resultante do afluxo de refugiados e suas famílias nos anos 80 e 90. Existem igualmente fortes diferenças demográficas e desigualdades entre as diferentes zonas da cidade. Actualmente, 20% da população de Gotemburgo tem origem estrangeira. Os imigrantes estão largamente concentrados na zona nordeste da cidade, onde as taxas de desemprego são elevadas e o nível educativo é baixo. Quando Gotemburgo obteve o programa URBAN II, foi decidido que uma das principais áreas de investimento seria a utilização de recursos humanos nestas zonas periféricas, centrados na educação e no emprego.

Um dos projectos que recebeu financiamento do URBAN II foi o «Jalla, Jalla» (Vamos! Vamos!). Este projecto é administrado pela Medborgarskolan (uma associação de educação de adultos), em colaboração com o Serviço de Emprego sueco e um clube de futebol local designado GAIS. O projecto visa ajudar homens imigrantes, desempregados de longa duração, a arranjar trabalho. Para isso estudam sueco e informática, bem como relações sociais e educação cívica prática nas instalações de uma ONG.

O interesse comum é o futebol e o GAIS dá-lhes oportunidade de irem ver os jogos, bem como de jogarem e estabelecerem contactos com as empresas patrocinadoras. Através do Serviço de Emprego sueco existem vários empregadores ligados ao projecto que procuram contratar novos trabalhadores. Esta combinação particular de educação de adultos, actividades de lazer e contactos com empregadores demonstrou grande sucesso. «Jalla, Jalla» recebeu 338 300 euros de financiamento do FEDER para acolher 60 participantes durante o período de Março de 2004 a Dezembro de 2006. Um dos resultados esperados era que 20 dos participantes obtivessem um emprego com uma duração mínima de um ano, um objectivo já atingido em Outubro de 2005. Além disso, 18 dos 45 participantes tinham já arranjado empregos de curta duração através do projecto.

Um dos pontos fortes do «Jalla, Jalla» reside no facto de o seu foco ser um emprego para todas as pessoas envolvidas. O que se pretende não é concluir a educação antes do emprego, mas sim trabalhar para

o mercado do trabalho desde o primeiro dia. Esta abordagem deu rapidamente resultados, visíveis em termos de emprego para alguns dos participantes, criando esperança e empenhamento nos outros membros do grupo: «Se é possível para os outros também é para mim. Vou fazer o meu melhor!»

Num estudo sobre a parceria local no «URBAN II Göteborg», foram analisados e comparados dez projectos para ver como os diferentes agentes colaboram e qual a importância desta colaboração para o êxito do projecto. De acordo com este estudo, um dos critérios de sucesso reside em que os objectivos do projecto são estratégicos e coincidem com o objectivo global. As metas e objectivos devem igualmente situar-se no âmbito do projecto e não para além dele. Isto, aliás, torna possível mostrar resultados concretos, que parece ser o factor mais importante para gerar empenhamento a todos os níveis da parceria. O «Jalla, Jalla» é um bom exemplo de como tudo isto pode funcionar.

Outro critério do êxito do «Jalla, Jalla» é que a parceria é complementar. Medborgarskolan, o Serviço de Emprego sueco e o GAIS têm competências e perspectivas diferentes, que acrescentam recursos ao projecto. Os parceiros também têm diferentes tarefas e papéis a desempenhar no projecto. A diversidade funciona bem numa parceria!

Nos últimos 10 anos, Gotemburgo recebeu apoios financeiros nacionais e europeus para trabalhar com zonas deprimidas, minorias étnicas e imigrantes. Estas iniciativas melhoraram as condições de vida e permitiram criar bairros periféricos mais atractivos. Foram desenvolvidos novos métodos e novas estratégias para promover a democracia, adaptar as instituições educativas às suas condições multilingues e reforçar a economia local. No entanto, verificam-se dificuldades com as iniciativas urbanas localizadas em determinadas zonas. As avaliações revelaram que, quando nos concentramos em zonas ou categorias específicas de pessoas, podemos estar a contribuir para a estigmatização dessa mesma zona ou dos seus habitantes. Existe igualmente o perigo de atacar os problemas e possíveis soluções do desemprego e da segregação concentrando-nos unicamente nas zonas deprimidas, em vez de os abordarmos em relação ao conjunto da cidade e da região.

O desafio do futuro deve consistir em ultrapassar estes obstáculos através de estratégias sólidas, que combinem o combate da exclusão social nas cidades e os objectivos globais do desenvolvimento e crescimento regionais. A lição que podemos extrair do «Jalla, Jalla» é que é essencial centrarmo-nos no potencial de cada pessoa. E devemos igualmente manter expectativas elevadas em relação ao que pode ser atingido numa cidade verdadeiramente inclusiva e multicultural.

Contacto: susan.runsten@stadshuset.goteborg.se

REPÚBLICA CHECA

«Metropolitano sem barreiras»

Lumíra Kafková, directora da autoridade de gestão do programa do objectivo n.º 2 para Praga



Acima e em baixo: obras de acessibilidade à estação do metro Florenc B., em Praga.

O objectivo principal do programa do objectivo n.º 2 para Praga é fazer da capital checa uma metrópole europeia dinâmica e digna da sua categoria.

Em 2004-2005 lançámos quatro concursos que deram origem à selecção de 148 projectos, correspondendo a um investimento total do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) de cerca de 100 milhões de euros. A maior parte destes projectos, nomeadamente os mais importantes em termos de investimento, foram propostos pela cidade e pelos diversos bairros dos arredores de Praga. Os projectos destinados a melhorar os transportes colectivos são especialmente interessantes.

O projecto aqui referido visa melhorar a integração das pessoas com mobilidade reduzida, favorecendo ao mesmo tempo a criação de emprego e o carácter atractivo do ambiente urbano.

O projecto consiste, no essencial, em arranjar um acesso fácil, sem barreiras, à estação do metropolitano Florenc B. Para isso vai construir-se um primeiro ascensor que liga o cais ao corredor de correspondências e um segundo ascensor que vai dar ao nível da rua. A este investimento acrescentam-se a sinalética necessária e outros equipamentos relevantes.

Uma vez concluído, este projecto vai melhorar enormemente os transportes públicos e a acessibilidade ao bairro em questão. São 33 500 os habitantes de Praga com mobilidade reduzida. Destes, 4 000 utilizam uma cadeira de rodas. A possibilidade de evitar as barreiras para tomar o metropolitano vai facilitar o acesso ao centro da cidade e a importantes centrais de transportes, como a estação de caminho-de-ferro e a central rodoviária. Isto facilitará a sua integração num mercado do trabalho que conta 14 000 empresas e 12 000 trabalhadores independentes.

As obras realizam-se entre Setembro de 2005 e Março de 2007, em duas fases. A primeira já está concluída. Os custos totais elegíveis do projecto ascendem a 2 110 638 euros, dos quais 50% são suportados pelo FEDER. O Estado checo suporta 33,1% do montante total, ou seja, 698 621 euros. O restante (16,9%, isto é, 356 698 euros) é assegurado pela cidade de Praga.

Realizado em parceria com o coordenador regional dos transportes integrados de Praga e com o Conselho Nacional das Pessoas com Deficiência, o projecto dá resposta ao desejo social generalizado de melhorar as condições de vida das pessoas com mobilidade reduzida e às necessidades de todas as categorias de pessoas desfavorecidas.

Como tudo o que contribui para tornar os trajectos mais rápidos e mais confortáveis, a operação insere-se na promoção, a longo prazo, dos transportes colectivos.



Contacto: Ministério do Desenvolvimento Regional, MA SPD 2, Staroměstské sq. 6, CZ-110 15, Praga 1, E-mail: jpd2@mmr.cz Web: www.strukturalni-fondy.cz/jpd2.

GRAZ (ÁUSTRIA)

«Graz, cidade do conhecimento»



Custo total: 4 200 570 EUR

Contribuição da UE: 200 000 EUR

Graças ao projecto integrado «Cidade do conhecimento», realizado pela Agência de Promoção Económica da Estíria (SFG) e co-financiado pelo programa URBAN, os bairros da zona oeste de Graz dispõem agora de um novo centro de empresas inovadoras. Trata-se de proporcionar instalações adequadas a empresários que operam no sector das novas tecnologias, nomeadamente ligadas à saúde (tecnologias médicas, bioanálise, etc.). Este centro pretende igualmente servir de ponte entre o ensino e as empresas para os diplomados na universidade situada nas proximidades. Para além do apoio à criação e instalação de empresas na zona oeste de Graz, o projecto pretende ser um pólo de excelência para toda a região.

Christian Nussmüller, director do programa URBAN Link GrazWest, Cidade de Graz
urban@stadt.graz.at
www.urban-link.at (www.graz.at).

TURIM (ITÁLIA)

Renovação da Piazza Livio Bianco



Custo total: 2 226 885 EUR

Contribuição da UE: 914 998 EUR

Situada na periferia sudoeste de Turim, a Piazza Livio Bianco está no centro da estratégia de renovação na zona URBAN da capital do Piemonte. Exigida pelos cidadãos e pelas associações locais, a renovação desta praça pretende restituir ao bairro um centro de vida social e cultural, evitando ao mesmo tempo a degradação e a presença de marginais. A participação da população do bairro foi o motor de toda a operação, desde a sua concepção (através de um concurso público e votação dos habitantes) até à gestão da praça quando os trabalhos estiverem concluídos. De facto, em 2004 foi criada uma associação que se dedicará a esta tarefa: «*Piazziamoci in Piazza*» (a praça nas nossas mãos). Coordena as actividades culturais organizadas ao longo do ano e assegura a participação activa dos habitantes do bairro ao longo do tempo.

Gianfranco Presutti, chefe de projecto, programa URBAN II, Turim
gianfranco.presutti@comune.torino.it
www.comune.torino.it/urban2.

HERÁCLION (GRÉCIA)

Revitalização de bairros em crise



Custo total: 10 913 948 EUR

Contribuição da UE: 8 185 461 EUR

A costa oeste de Heráclion apresenta fortes sinais de declínio socioeconómico: taxa elevada de desemprego de longa duração, pobreza, exclusão e ambiente degradado. O objectivo principal do programa URBAN é a revitalização económica e social destas zonas urbanas. As medidas adoptadas para atingir este objectivo abrangem três grandes parâmetros: a inovação, a sustentabilidade e o desenvolvimento dos conhecimentos. Trata-se de criar pólos de atracção para visitantes, mas igualmente zonas comerciais para os habitantes, estimulando o mercado local e ligando este mercado directamente à costa.

Kyriaki Manola-Goundra, directora da autoridade de gestão dos programas URBAN II na Grécia
k.manola@mou.gr.

VANTAA (FINLÂNDIA)

Centro familiar para imigrantes



Custo total: 210 000 EUR

Contribuição da UE: 57 000 EUR

Na Finlândia a população imigrante também está a aumentar e é importante evitar a segregação e radicalização destes imigrantes. Para esse efeito, o programa URBAN II de Vantaa, perto de Helsínquia, criou um centro familiar que recorre a diversas acções práticas para apoiar os pais imigrantes nos cuidados e educação dos seus filhos. Esta estrutura favorece a integração e serve de local de encontro entre mulheres finlandesas e mulheres imigrantes. Neste centro, «orientado para os utentes», as famílias podem receber um apoio preventivo concreto e tomar parte em actividades de grupo. Os grupos são animados pelos empregados do centro — puericultoras, assistentes familiares, psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais — que trabalham em estreita colaboração, de acordo com uma abordagem transversal e integrada, de forma a assegurar uma coerência e continuidade do apoio.

Jukka-Pekka Sorjonen, director do programa URBAN II Vantaa
jukka-pekka.sorjonen@vantaa.fi
www.urbanfinland.info.

2007-2013: Preparar a nova geração de programas com o sítio Inforegio

Os Estados-Membros e as regiões preparam o próximo período de programação 2007-2013. O sítio *web* Inforegio apresenta numerosas informações e documentos importantes para todos os agentes envolvidos nesta iniciativa. Pretende-se facilitar o intercâmbio entre todos e informar o grande público dos progressos atingidos. Não hesitem em dirigir as vossas questões e contribuições à Direcção-Geral da Política Regional.

http://europa.eu.int/comm/regional_policy/funds/2007/index_pt.htm.

Contactos

Comissão Europeia, Direcção-Geral da Política Regional
Unidade 01 — Informação e Comunicação
Thierry Daman
Avenue de Tervuren 41, B-1040 Bruxelles
Fax: (32-2) 296 60 03
E-mail: regio-info@cec.eu.int
Sítio *web*: http://europa.eu.int/comm/dgs/regional_policy/index_pt.htm.

Informações sobre ajudas regionais da União Europeia
http://europa.eu.int/comm/regional_policy/index_en.htm.

ISSN 1725-8154

© Comunidades Europeias, 2006
Reprodução autorizada mediante menção da fonte.



Serviço das Publicações
Publications.eu.int